

**O caso Bruno e Dom:
Como o *Fantástico* retratou a tragédia sem cobrir as denúncias¹**

***Bruno's and Dom's case:
How Fantastic covered the tragedy without reporting the complaints***

Rafaella BALIEIRO ²

Resumo

Bruno Pereira e Dom Phillips tomaram o noticiário brasileiro em junho de 2022: a cada suíte do caso, uma nova matéria de destaque na mídia. No entanto, quando se olha para o histórico de conflito de terras no Brasil – eixo principal da morte de ambos – questiona-se: por que as denúncias e os alertas sobre o extrativismo ilegal na região onde aconteceu o crime não tiveram a mesma relevância na imprensa? Este artigo pretende refletir sobre isso usando como objeto o programa “Fantástico”, transmitido na TV Globo. Através de uma análise de conteúdo das matérias divulgadas sobre a Amazônia, entre janeiro e junho de 2022, buscará compreender o caminho que o Fantástico tomou para retratar a tragédia sem cobrir as denúncias.

Palavras-chave: Valores-notícia. Critérios de noticiabilidade. Estereótipos. Fantástico. Bruno e Dom.

Abstract

Bruno Pereira and Dom Phillips took over the Brazilian press in June 2022: in each case's update, another headline on media. However, when we analyze the center of this tragedy - agrarian conflict in Brazil – we might consider: why complaints about illegal extrativism at the same place, Vale do Javari, were not news on national media as the Bruno and Dom's deaths were? This article intends to think about this topic using from the journalistic program “Fantástico”, broadcast at TV Globo, as the main studying object. Through content analysis about the Amazon's rainforest news, between January 2022 and June 2022, this article will seek to understand how Fantástico cover the tragedy, without report previous complaints.

Keywords: News values. Newsworthiness criteria. Stereotypes. Fantástico. Bruno and Dom.

¹ “O caso Bruno e Dom” faz referência ao assassinato que matou o indigenista brasileiro e o jornalista britânico, Bruno Pereira e Dom Phillips, em junho de 2022, durante uma viagem a trabalho na região do Vale do Javari, no oeste do estado do Amazonas. Bruno e Dom eram ativistas em defesa da Amazônia e faziam um trabalho de denúncia contra a pesca, o garimpo e o desmatamento ilegais na região. A visita de Dom no local serviria de base para o seu próximo livro, inacabado, “Como Salvar a Amazônia”.

² Graduada em Jornalismo, pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco/UFRJ). Especialização em Jornalismo Digital pelo Centro Universitário UniAmérica.
E-mail: rafabalieiro.leal@gmail.com

Introdução

Doze minutos. 720 segundos. Esse foi o tempo total da grade do programa “Fantástico”³ dedicado a pautas que tratavam, exclusivamente, sobre os conflitos de terra na Região Amazônica entre os dias 02/01/2022 e 05/06/2022 – data em que foi registrado, o, até então, desaparecimento do indigenista e jornalista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips. Nesse período demarcado, 23 programas foram exibidos, contabilizando aproximadamente 4.255 minutos de Fantástico no ar, sendo um deles, inclusive, inteiramente dedicado à cobertura da Guerra na Ucrânia. Foi apenas com o sumiço dos jornalistas e, posteriormente, com a confirmação da morte de ambos – intervalo que durou 13 dias – que os conflitos de terra voltaram a ser tratados com relevância entre as pautas principais da programação do “*O Show da vida*”.

A partir desse exemplo, será possível analisar como o programa semanal tratou da tragédia sem tratar das denúncias em torno desse mesmo eixo temático. Assim, de antemão, já valem algumas reflexões: 1. como os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade são aplicados na programação analisada? 2. pode se compreender que a produção do programa sediada no eixo Centro-Sul do Brasil acaba por fazer escolhas que inviabilizem pautas como essa? 2.1. de alguma forma, a predominância de jornalistas brancos nas principais redações do país consegue interferir na seleção das notícias agendadas? 3. o programa que se descreve como o “*Show da vida*” poderia, na verdade, ser tratado como a espetacularização da vida? Recorrendo nesse sentido à produção de notícias com caráter emocional, que se preocupa mais em envolver o público do que em transmitir informação.

Mais do que responder a essas perguntas, esse trabalho pretende trazer reflexão, senso crítico e um olhar diferenciado para o fazer jornalístico contemporâneo – dessa forma, o papel do jornalista não pode ser entendido como àquele que se restringe às redações, mas o que ganha espaço em análises metacríticas, reavaliando as notícias que eles mesmos veiculam – tornando esse processo ativo, responsável e reflexivo. Para isso, recorre-se à Nilson Lage (2003) para compreender o papel e a ética em torno dessa profissão:

³ O programa “Fantástico – *O show da vida*” é exibido semanalmente, nas noites de domingo, na emissora de televisão aberta Globo. A programação existe na grade do veículo desde 1973 e se mantém no ar desde o lançamento. Definido como uma “revista eletrônica”, o programa tem tempo de duração de 185 minutos por semana.

O processamento mental da informação pelo repórter inclui a percepção do que é dito ou do que acontece, a sua inserção em um contexto (o social e, além desse, toda informação guardada na memória) e a produção de nova mensagem, que será levada ao público a partir de uma estimativa sobre de que tipo de informação esse público precisa ou qual quer receber. Em suma, o repórter, além de traduzir, deve confrontar as diferentes perspectivas e selecionar fatos e versões que permitam ao leitor orientar-se diante da realidade. O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser o ouvido e olho remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante. Essa função é exatamente a definida como a de agente inteligente (LAGE, 2003, p.9).

Dessa forma, o repórter assume um papel que transborda o fazer notícias apenas na rua, *in loco*, mas que também deve ser cumprido de dentro da redação, defendendo pautas que acontecem justamente onde o ouvinte ou o telespectador não podem estar, funcionando como uma figura onipresente nos diversos rincões do Brasil – como é o caso justamente da cobertura de conflitos de terra da Região Amazônica.

De acordo com Felipe Pena (2005), esse exercício de olhar para si e para a própria atuação enquanto profissional é uma das bases do Jornalismo de Resistência, compreendido por ele como o exercício jornalístico que resiste às concepções mercadológicas, o que centra a produção no caráter social da profissão, incorporando a capacidade crítica do jornalista no labor diário (ibidem, p. 169). Assim, quando os jornalistas – sejam editores, sejam repórteres ou produtores – escolhem não veicular notícias relacionadas à ocupação irregular em terras indígenas, ao garimpo ou extrativismo ilegais, a escolha transborda à linha editorial e assume um papel de negligência em relação aos critérios de noticiabilidade e à própria ética profissional.

Supostos desafios éticos fundamentam-se na tese radical de que a divulgação de um procedimento é capaz de induzir pessoas a reproduzi-lo. [...] é comum jornalistas serem pressionados a omitir informações em nome de interesses grandiosos – preservar uma personalidade em torno da qual se arregimentam políticas adequadas, entidades em que repousam as esperanças de comunidades etc. A situação pode ser constrangedora, mas jornalistas devem sempre considerar que, se existe algo progressista no mundo, positivo em termos históricos, esse algo é a verdade (IBIDEM, p. 44).

A partir do momento que se estabelece o compromisso com a verdade e com os critérios de noticiabilidade como o que transcende qualquer linha editorial do jornalismo,

faz-se um tratado – ainda que subentendido – com a própria sociedade civil; 1. o que se vê no telejornal, o que se lê no impresso ou o que se ouve no rádio desperta ou encerra com algum tipo de relevância um interesse público; 2. a notícia é verdadeira e o repórter possui evidências disso (ibidem).

Desse modo, o que ganha relevância na mídia e circula como fato deve respeitar esses dois pontos centrais do jornalismo, assim, indo um pouco mais além, essa análise também deve ser feita em uma perspectiva de dupla via: um acontecimento que não ganha espaço na veiculação das emissoras não é de interesse público? Obviamente, essa pergunta não pode ser reduzida a uma resposta binária, de apenas sim ou não, mas cabe a esse artigo justamente tentar compreender e investigar por que então dados alarmantes de conflitos de terra na Região Amazônica Legal⁴ não foram devidamente tratados como interesse público na programação do Fantástico, que integra a grade de conteúdos da TV Globo. No entanto, as tragédias desencadeadas por essa situação receberam o devido espaço editorial.

Para analisar essa principal questão de pesquisa será necessário investigar todos os 23 programas transmitidos até a data de desaparecimento dos jornalistas Bruno e Dom, selecionando quais reportagens, notas ou notícias abordam de alguma forma o tema “Amazônia”, chegando ao filtro “conflito de terra na Região Amazônica”. Para isso será feita uma análise de conteúdo dessas reportagens selecionadas, abordando como a notícia foi conduzida, se há menção a dados que mostram a destruição do bioma e aos confrontos de terra, ou se apenas tratam da Amazônia de forma paralela a esses acontecimentos. Ao todo, foram encontradas quatro notícias⁵, notas⁶ ou reportagens especiais⁷ que mencionavam – de alguma forma – a Amazônia, entre 02/01/2022 e 05/06/2022.

A abordagem será acompanhada de uma reflexão em torno de quatro conceitos principais: critérios de noticiabilidade e valores-notícia (LAGE, 2003), a

⁴ O termo “Amazônia Legal” é usado para se referir ao território desse bioma que faz parte da jurisdição brasileira e ocupa nove estados nacionais. Ao todo, a Amazônia está presente em seis países: Bolívia, Peru, Venezuela, Equador e Colômbia, além do Brasil.

⁵ “É todo fato social destacado em função de sua atualidade, interesse e comunicabilidade”. (SODRÉ, 1982)

⁶ “Notícia curta que não merece mais do que poucas linhas”. (JORGE, 2010, p. 228)

⁷ São produtos das pautas especiais, “são as que exigem carinho e um tratamento especial de quem as executará. São dadas aos repórteres especiais ou os com mais tempo para realizá-las. Exigem pesquisa, muito trabalho de campo e horas de dedicação, além de um texto impecável, sem erros, perfeito. Em geral, [...] trazem assuntos inéditos, geralmente descobertos pelo repórter, ou levantados pelo veículo”. (Ibidem, p. 61)

espetacularização midiática (PAIVA; SODRÉ, 2002) e os dispositivos de racialidade aplicados à linha editorial da programação (SCHUCMAN, 2012).

Os valores-notícia mediados pela branquitude

Para compreender o caminho do acontecimento à seleção dos respectivos fatos nos jornais, é necessário elencar os principais valores-notícias definidos por Nilson Lage (2012) e, posteriormente, os critérios de noticiabilidade. O autor parte de dois princípios: relevância e interesse público, considerando como pano de fundo a fase mais recente do jornalismo definida por ele como um constante conflito de interesses, com uso da comunicação como controle social. Dessa forma será possível refletir como as denúncias de desmatamento e de conflitos de terra na Amazônia deixaram de ser agendadas no Fantástico.

Como primeiro valor-notícia, Lage (2012, p. 85) define a “Proximidade” – explicitando a aproximação cultural e populacional como fatores a serem considerados ante à notícia divulgada. No entanto, o que se nota é que o conceito “proximidade” utilizado na produção do programa parece sofrer uma certa deturpação e perpassa, com maior frequência, pelo fator proximidade geográfica, não a cultural e social de Lage.

Se levarmos em conta que a redação e os estúdios do programa Fantástico ficam localizados no Rio de Janeiro, na Região Sudeste, nota-se uma predominância de reportagens em torno dessa mesma localidade, seja pela facilidade de produção, seja pela hipervalorização cultural de acontecimentos da mesma região em detrimento do que acontece em locais “satélites” no Brasil, como é o caso da Amazônia. Assim, como primeiro ponto, é possível refletir acerca de uma possível restrição de pautas jornalística que impõem a centralidade dos temas no que a linha editorial acredita ser também o centro do país – não só geográfico, mas cultural e populacional.

Indo um pouco mais adiante, é possível tratar do segundo critério, a “Atualidade”, que estabelece que cabe ao jornalista transformar em pauta o que ainda não é conhecido, mas que deve ser de conhecimento público. No dia 18 de abril de 2022, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou o relatório anual intitulado “Conflitos no Campo no Brasil 2021”, os resultados foram tratados em diferentes telejornais do país durante toda a semana, mas não repercutiram no programa semanal “Fantástico”, objeto deste estudo.

O documento divulgado pela CPT conta com 269 páginas que esmiuça os tipos de confronto que aconteceram em zonas rurais do país no último ano – tratando as principais causas, consequências e elencando dados extensos de pesquisas que se iniciaram no Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades (LEMTO) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Se considerarmos as dificuldades de compreensão dos resultados sobre o tema e o compromisso de divulgação de pautas atuais – que convergem em aspirações ou desejos comuns da sociedade – faz necessário refletir acerca de uma possível falha na atuação do grupo editorial que inviabilizou a transmissão desse conteúdo em rede nacional, já que é papel do jornalista atuar como um processador e decodificador de informações para a sociedade.

Partindo para um terceiro ponto, Lage estabelece que a “Identificação Social” deve ser parte da estrutura de uma notícia, assim é necessário que todas as classes sociais – mais baixas ou mais altas – se sintam representadas a partir desse bem simbólico que a notícia. Nesse sentido, quando o foco da produção jornalística se restringe a assuntos e localidades específicas, o que se nota é mais uma ruptura no processo de construção do fazer jornalístico.

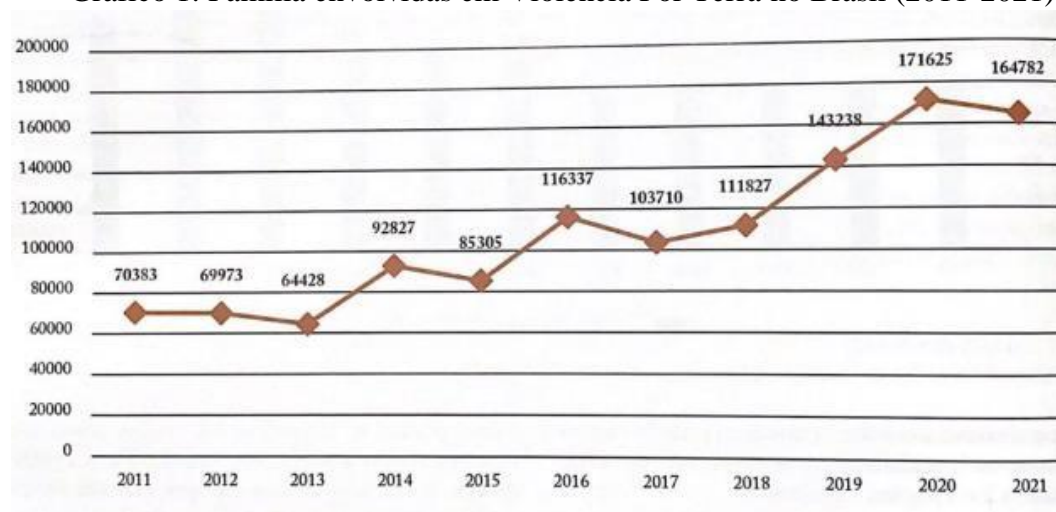
A “Intensidade” surge como quarto fator de análise. Ainda de acordo com Lage: “considera-se que, admitindo dois eventos equivalentes, é mais notável o que tem maior intensidade aferida em números”. Desta maneira, a relevância também se traduz na potência e no vigor dos números divulgados – no caso específico do relatório que trata dos conflitos de terra no Brasil, os dados falam por si: apenas em 2021, 164.782 famílias estiveram envolvidas em violência por terra⁸, o valor é 2,34 vezes maior que os dados de uma década antes, em 2011. O número fica ainda mais relevante se considerarmos o total de brasileiros que vivem nas regiões com mais conflito de terra, Norte e Centro-Oeste, de acordo com o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as regiões somam cerca de 35 milhões de habitantes, o que corresponde a, aproximadamente, 17% da população total do país⁹. O Censo também divulgou que as duas localidades supracitadas foram as que mais cresceram em termos de população na última década.

⁸ Dados disponíveis no gráfico 1.

⁹ A região Norte contabiliza 18.906.962 de moradores, já a Centro-Oeste conta com 16.707.336, de acordo com a estimativa do IBGE, divulgada em 27 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 09. Ago. 2022.

Diante de todo o exposto, é concebível refletir e questionar: por que todos esses valores notícia listados acima não foram considerados durante a escolha das pautas do programa Fantástico? Desse modo, passa a ser possível analisar como o programa tratou da tragédia que matou Bruno e Dom no Vale do Javari¹⁰, em junho deste ano, sem retratar as denúncias que antecipavam o fato – como por exemplo os alertas feitos pela Comissão Pastoral da Terra em abril deste ano e que foram negligenciados pela programação que omitiu da audiência dados de difícil acesso por parte do público.

Gráfico 1: Família envolvidas em Violência Por Terra no Brasil (2011-2021)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino; Elaboração:
LEMTO – UFF (2022) / CPT Nacional 2022

Como principal ponto de reflexão em torno da questão levantada neste artigo, é necessário avaliar os dispositivos de racialidade que norteiam o que Lia Schucman (2012) define como “privilegio branco”. Seria leviandade pensar a respeito de valores-notícias que negligenciam conflitos de terra em regiões de demarcações indígenas sem olhar justamente para a forma como esses fatos são tratados na produção diária de notícias: mediadas, majoritariamente, por jornalistas brancos, como mostra a pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (Gema) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Segundo o estudo de 2021, coordenado pelo professor João Feres Júnior, 84,4% dos profissionais nas principais redações do Brasil¹¹ são brancos. Em

¹⁰ O Vale do Javari é uma região localizada no estado do Amazonas. De acordo com os dados CPT 2021, mil famílias indígenas vivem na região que foi palco de quatro conflitos por terra e água entre agosto e novembro de 2021.

¹¹ Para o estudo, o grupo de pesquisa analisou os jornalistas dos seguintes veículos: O Globo, Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.

seguida aparecem os pardos (6,1%), os pretos (3,4%), os amarelos (1,8%) e, por fim, os indígenas (0,1%).

Partindo desse princípio, remete-se à Lia Schuchman (2012), para esclarecer o que se compreende como privilégio branco:

Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidade seja apregoado como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços ou indígenas (SHUCHMAN *apud* BENTO, 2002).

Nesse sentido, ao retirar do circuito midiático as pautas que tratam especificamente de problemas em territórios que estão sob a tutela de populações indígenas na Amazônia Legal, os jornalistas acabam por se isentar não só de uma responsabilidade profissional, como já inferida, mas também de uma social – que coloca a luta antirracista como um dever de todos os brasileiros, já que a aparente democracia racial no país se mostra, de fato, como um simulacro de democracia, como explana Shuchman.

Assim, quando a linha editorial do Fantástico opta por não tratar das denúncias de conflito no campo de antemão, mas prefere enviar repórteres ao local do crime para cobrir os desdobramentos e as investigações em torno das mortes de Bruno e Dom, eles não só ferem os critérios de noticiabilidade e a ética jornalística, mas reproduzem um racismo velado que coloca à margem da sociedade os fatos de populações indígena, negra e rural, criando uma narrativa que celebra os acontecimentos de uma classe majoritariamente média e urbana do Sudeste.

Para além disso, também é notório perceber que a cobertura sobre esse caso em específico só ganha força na programação do Fantástico uma semana após a denúncia do desaparecimento de ambos (05.06.2022), que coincidentemente se deu em um domingo, mesmo dia em que a revista eletrônica é exibida. Desse modo, cabe uma segunda reflexão: por que o caso não foi tratado na mesma data em que ocorreu e só ganhou notoriedade na grande mídia, em especial no Fantástico, na programação posterior?

De forma complementar, vale destacar que a cobertura do programa Fantástico sobre a morte dos jornalistas Bruno e Dom foi indicado à premiação Emmy Internacional de 2023¹², na categoria notícia, um anos após ter ido ao ar. No entanto, o eixo temático que cerca o caso só passou a ter relevância na programação após o desaparecimento de ambos – período que fica de fora do objeto delimitado nessa pesquisa.

“O show da vida” ou a espetacularização da notícia?

Ao todo, o Fantástico exibiu quatro VTs¹³ que de alguma forma mencionavam a Amazônia, sendo uma delas classificada como “reportagem especial”; no somatório, as reportagens referidas totalizaram 33 minutos, vale destacar que durante o mês de janeiro não houve qualquer menção à Região Amazônica nos cinco programas exibidos no período exposto. Neste artigo, o conteúdo de cada notícia será analisado a partir dos seguintes pontos: 1. qual o principal tema da notícia? 2. qual o formato da notícia?¹⁴ 3. o repórter mediador da notícia é de alguma emissora filiada na Região Amazônica? 4. a matéria trouxe alguma entrevista com especialista? 5. a narrativa construída pelo repórter traz elementos que são disseminados pelo senso comum e estereotipados?

A partir dessa análise será possível compreender o grau de espetacularização em torno das notícias que tratam especificamente da Região Amazônica – pautando, inclusive, as poucas reportagens que se dedicaram, exclusivamente, aos conflitos de terra e práticas extrativistas ilegais no Norte do país. Previamente, destaca-se uma característica comum à maior parte das reportagens analisadas: partiram, de alguma forma, de estereótipos em torno de populações indígenas ou ribeirinhas do país, o que vai de encontro à essência de uma comunicação democrática e que leva em conta a “identificação social” como valor-notícia. Dessa forma, o que se pretende refletir é como essa perpetuação de ideias do senso comum no jornalismo favorecem a espetacularização da notícia:

¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/08/15/jornal-nacional-e-fantastico-sao-indicados-na-categoria-noticia-do-emmy-internacional.ghtml>. Acesso em 16. Ago. 2023.

¹³ Termo usado como abreviação para “videotape”, que faz referência à forma como as imagens televisivas ficam registradas.

¹⁴ Como referência para essa definição foi usado “Semiótica dos Jornais” (HERNANDES, 2005).

A disseminação, pelos meios de comunicação de massa, de representações inadequadas de estrangeiros, classes sociais e outras comunidades é destacada como um sensível problema para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de cada cidadão a respeito de questões capitais da vida política e social. [...] Como práticas significantes, os estereótipos não se limitam, portanto, a identificar categorias gerais de pessoas – contêm julgamento e pressupostos tácitos ou explícitos a respeito de seu comportamento, sua visão de mundo ou sua história. Embora possam variar em termos de virulência e apelo emocional, geralmente representam, expressam tensões e conflitos sociais subjacentes – o “português boçal”; “o irlandês rude”; [...] “o índio preguiçoso” (FREIRE FILHO, 2004, p. 47).

Dessa forma, para além do problema de não abordar a pauta referenciada – relevante para o cenário ambiental do país – o que ainda se nota é o equívoco na hora de noticiar tais temas, já que acaba por reverberar ideias dotadas de estereótipo, preconceito e senso comum. Essa reflexão ficará mais explícita a seguir, na tabela de análise de conteúdo:

Tabela 1

| Matéria: data | Chamada | Formato | Repórter de filiada | Especialista | Estereótipo |
|---------------|---|---------------------|---------------------|---|--|
| 06. fev. 2022 | Índigenas pegam em armas para defender terras demarcadas. | Reportagem especial | Não | Sim: assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário. | O papel do indígena “forte” e “corajoso” que precisa defender o território na ausência do Estado. |
| 20. mar. 2022 | Dois meninos indígenas sobrevivem 27 dias sozinhos em mata no Amazonas. | Reportagem | Sim | Sim: pediatra nutróloga de São Paulo | “Meninos criados juntos com a floresta: sabem o que comer, como se virar, essa é a sabedoria que já nasce com eles.” |
| 17. abr. 2022 | Polícia Federal solta garimpeiros que invadiram a terra indígena Xipayá | Boletim | Sim | Sim: Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB/ PA | Não |
| 01. mai. 2022 | Expedição Yaripó: Yanomami tem nova fonte de | Reportagem especial | Não | Não | Índigenas em processo de “retomada da cultura” através |

| | | | | | |
|--|---|--|--|--|---|
| | renda, o ecoturismo no Pico da Neblina, no Amazonas | | | | da reconstrução de malocas. ¹⁵ |
|--|---|--|--|--|---|

Fonte: De autoria própria

Diante da tabela sistematizada, é possível perceber que apenas uma das reportagens divulgadas não fez menção a estereótipos e representações do senso comum em relação às populações indígenas. No entanto, cabe ainda uma ressalva: o foco do boletim que foge ao senso comum não possuía nenhuma referência às etnias, ou às populações da região, pretendia apenas atualizar uma operação policial no local. Dessa forma, o que se perpetua em comum nas matérias com diferentes abordagens, sobre o mesmo eixo temático, é a representação de poder por parte de uma mídia controlada, majoritariamente, pela Região Sudeste do país, centrada em profissionais brancos, como explicita a pesquisa do Gemaa/ UERJ.

Assim, se torna factível elencar, de forma direta, a distribuição dessas ideias *comuns* – aqui interpretadas como vinculativas por um grupo hegemônico de poder – à produção espetacularizada de notícias pela grande mídia:

A representação social em vigor contém potencialmente a metáfora de um ‘corpo grupal’, apoiada em imagens e fantasias comuns a todos os membros da coletividade. Na sociedade midiaticizada de hoje, a televisão, enquanto mídia hegemônica, tende a instituir-se como esse ‘corpo grupal’, reinterpretando semioticamente determinados discursos do senso comum e tornando-se, por força do mercado de consumo, mais assimilável pelo público do que verdadeiramente significativa (PAIVA; SODRÉ; 2002, p.131).

Diante disso, o objeto analisado – veiculado via televisão – reforça discursos como os referidos por Paiva e Sodré, já que constroem no imaginário social uma visão da Região Amazônica que é descolada da realidade, dando pouca, ou quase nenhuma ênfase, aos conflitos que acontecem na região Norte, partindo de uma perspectiva reducionista que perpetua estereótipos e imagens simplistas de um eixo temático complexo.

¹⁵ A reportagem especial faz menção aos últimos conflitos em territórios Yanomami, indicando que mais de cem indígenas de diversas etnias foram mortos na região por conta dos confrontos e do garimpo ilegal. No entanto, o retrospecto sobre os conflitos é feito de forma secundária, o foco da reportagem é o ecoturismo no Pico da Neblina – AM.

Considerações finais

Dessa maneira, há pontos a serem observados na produção de notícias do programa Fantástico, veiculado na TV Globo. Como primeira consideração, já se destaca a problemática e a distorção em torno do que deveria ser considerado a estrutura primária dos valores-notícia, assim a programação deixa de abordar temas cruciais para a conscientização do cenário brasileiro por parte da sociedade civil. Como consequência, é notório até mesmo um descompromisso com o que Lage define como o papel do jornalista – tendo como principal atribuição ser os olhos e ouvidos da sociedade em lugares que ela não consegue se fazer presente.

Compreender o desacordo com os valores-notícia em torno de temas que tratam especificamente de minorias sociais – como é o caso dos povos originários – é apenas a ponta de um iceberg que tem raízes profundas e que convergem na noção de uma falsa democracia racial. Levar em conta concepções que tratam da branquitude e do privilégio branco faz-se necessário para refletir acerca do que é tido como “pauta relevante” em redações jornalísticas, assim, achar que os conflitos de terra são “problema do negro”, ou do indígena e dos ribeirinhos, nesse caso específico, em alusão a Schucman (idem), é se isentar de uma responsabilidade profissional e social.

Ainda nesse sentido, o problema se expande quando a ausência de pautas sobre esse assunto se transmuta em uma abordagem estereotipada acerca do tema. Quando a imprensa – aqui exemplificada pelo programa Fantástico – resolve por tratar de tais agendas de forma simplista, fazendo uso de ideias do senso comum, ela acaba por também reproduzir as mesmas falácias e preconceitos em torno do tema, se desvincilhando não só dos critérios de noticiabilidade, mas também da função social e de denúncias do jornalismo, relembrando o Jornalismo de Resistência, vigilante, atento e crítico.

Infere-se que a escolha editorial do Fantástico de só retratar por doze minutos os conflitos em terras indígenas brasileira – como o Vale do Javari/ AM – até o fato que culminou na morte de Bruno e Dom na mesma região, perpassa também por uma escolha social: a de inviabilizar pautas que acontecem nos rincões do Brasil, onde os olhos e ouvidos da sociedade civil não chegam. Dessa forma, ao optar por cobrir o assassinato dos ativistas ambientais no Brasil e negligenciar as denúncias que alertavam o aumento da violência no campo no país em 2021, a linha editorial do programa favoreceu um cenário jornalístico de espetacularização da notícia, reforçando estereótipos e não levando

em consideração a importância dos valores-notícia (proximidade, intensidade, identificação social e atualidade) na definição do que é notícia.

Referências

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2021 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, 2022. ISSN: 1676-661X.

FREIRE FILHO, João. Mídia, Estereótipo e representação das minorias. *In: Revisa ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v.07, nº 02, p.45-71, ago/ dez, 2004. Disponível: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1120. Acesso em: 10. Ago. 2022.
Fantástico – *O show da vida*, TV Globo, 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/>.

Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativa (Gema). **Jornalismo brasileiro:** raça e gênero de quem escreve nos principais jornais do país. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-raca-e-genero-de-quem-escreve-nos-principais-jornais-do-pais/>. Acesso em 15. Ago. 2023

HERNANDES, Nilton. **Semiótica dos Jornais**. São Paulo (SP). 2005. Disponível em: http://www.filestube.to/NILTON_HERNANDES-Semi%C3%B3tica-dosjornais1BUuvpe5OhFt3Us8hCucdP.html. Acesso em 10. Ago. 2022.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Editora Record, 2003. Disponível em: <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Teterep-1.pdf>. Acesso em 10. Jul. 2022.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4 ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2012. Série Jornalismo a Rigor, Vol. 5.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. S.P. Contexto. 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** *Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 08. Ago. 2022.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer:** como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. 5 ed – Porto Alegre: Sulina, 2021.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.